



## **10 DE NOVEMBRO DE 2011**

### **Quinta – feira**

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **VAI FALTAR CARRO IMPORTADO EM DEZEMBRO, PREVÊ ENTIDADE**
- **CONTROLE PARA IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA**
- **PORTO REPASSA OPERAÇÃO DE TERMINAIS AO SETOR PRIVADO**
- **REESTRUTURAÇÃO ABATE GANHOS DA BEMATECH**
- **HYUNDAI ENFRENTA AS "DONAS" DO CARRO POPULAR**
- **BB VAI RECORRER NOVAMENTE CONTRA DECISÃO DO CADE SOBRE CONSIGNADO**
- **ENTIDADES PROPÕEM MUDANÇA NO ICMS DE EMPRESAS DO SIMPLES**
- **IMPORTADORES SENTEM GOLPE DO IPI MAIOR**
- **BITREM CONCEITO DA NOMA ESTÁ EM FASE DE HOMOLOGAÇÃO**
- **DHB ALCANÇA MARCA DE 15 MILHÕES DE BOMBAS PRODUZIDAS NO BRASIL**
- **TOYOTA: PRODUÇÃO NO JAPÃO DEVE RETOMAR NÍVEL NO INÍCIO DE 2012**
- **MINÉRIO DE FERRO ACUMULA QUEDA DE 36,2% DESDE SETEMBRO NA CHINA**
- **BRASIL - RECICLAGEM GANHA MAIS IMPORTÂNCIA NO SETOR DO ALUMÍNIO**
- **PROJETO DE LEI - COMISSÃO APROVA SAQUE DE RECURSOS DO PIS/PASEP AOS 60 ANOS**
- **DEFESA DO CONSUMIDOR - COMISSÃO PREVÊ AMPLIAÇÃO DO DIREITO DE DEVOLUÇÃO DE PRODUTO COMPRADO**
- **PROJETO DE LEI - COMISSÃO APROVA PERMISSÃO PARA FRACIONAMENTO DE FÉRIAS EM TRÊS PERÍODOS**
- **SIMPLES NACIONAL - PRESIDENTA DILMA SANCIONARÁ REAJUSTE DO SIMPLES NACIONAL**

- **DIREITO DO TRABALHO - MÁ-FÉ: TST MANTÉM CONDENAÇÃO DE EMPRESA POR INDUZIR OBREIRO A ERRO**
- **CSLL, PIS E COFINS - CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA 2ª QUINZENA DE OUTUBRO VENCEM DIA 14/11**

| Câmbio<br>Em 10/11/2011 |        |       |
|-------------------------|--------|-------|
|                         | Compra | Venda |
| Dólar                   | 1,762  | 1,763 |
| Euro                    | 2,393  | 2,394 |

Fonte: BACEN

### Vai faltar carro importado em dezembro, prevê entidade

10/11/2011- Gazeta do Povo

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores (Abeiva), José Luiz Gandini, disse ontem que faltarão carros importados nas concessionárias em dezembro. Ele prevê que a vigência das novas alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para importados, a partir de 16 de dezembro, vai provocar uma corrida às concessionárias até a primeira quinzena do próximo mês.

"Historicamente dezembro já é um mês bom de vendas. Sabendo que vai haver aumento de preços, prevejo que haverá uma corrida às lojas. A primeira quinzena de dezembro será uma loucura", afirmou. Segundo ele, porém, não haverá veículos suficientes para atender à demanda dos consumidores. De acordo com Gandini, o ciclo de importação – que inclui pedido, confirmação, produção e transporte – é de no mínimo 90 dias. Como a suspensão do IPI só foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 20 de outubro, o setor não conseguiu fazer encomendas que desembarquem no país antes da segunda quinzena de janeiro.

## Repasse

Gandini acredita que nenhuma marca vai elevar os preços de forma integral, com repasse dos 30 pontos percentuais de alta no tributo para os veículos que não atenderem a cota de 65% de componentes nacionais. "Com o repasse integral, a venda de importados ficaria inviável", disse, ressaltando que as concessionárias deverão renegociar preços com os fornecedores, reduzir margens de lucro e comissões dos funcionários.

A Abeiva contratou a consultoria do ex-ministro do Desenvolvimento Miguel Jorge para tentar convencer o governo a rever o reajuste do IPI. Para Gandini, a medida não trouxe novos investimentos para o país. "As marcas que vão fazer fábricas já haviam anunciado publicamente essa decisão antes do novo IPI", disse, citando BMW, JAC e Chery.

## Queda em outubro

De acordo com o vice-presidente da Abeiva, Paulo Kakinoff, a queda de 41,2% nas vendas de importados em outubro em relação a setembro foi motivada pela antecipação de compras por parte dos consumidores, que aproveitaram para adquirir veículos faturados antes do anúncio do governo sobre o IPI, em 15 de setembro.

## Controle para importações da Argentina

10/11/2011- Gazeta do Povo

Os controles oficiais do mercado de câmbio da Argentina para a compra e venda de dólares paralisaram todas as importações realizadas pelo país, ontem, inclusive as de produtos brasileiros, segundo o diretor de Relações Institucionais da Câmara de Importadores da República Argentina (Cira), Miguel Ponce. Como parte da estratégia oficial para controlar o câmbio e frear a fuga de divisas, o sistema usado pela alfândega passou a exigir uma análise de documentação que pegou de surpresa os importadores e engessou o sistema.

## Porto repassa operação de terminais ao setor privado

10/11/2011- Gazeta do Povo

O superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Airton Vidal Maron, afirmou ontem que pretende entregar à iniciativa privada a operação dos terminais públicos de álcool e de fertilizantes. O anúncio foi feito ontem, durante depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Portos na Assembleia Legislativa do Paraná. Aos deputados, Maron ainda fez duras críticas à gestão dos portos no governo Roberto Requião (PMDB).

Construídos na administração do peemedebista, os dois terminais enfrentam problemas técnicos e judiciais, que vão desde sua capacidade de armazenamento até a modalidade de licitação e exploração. "Os terminais foram feitos na contramão da história, que é a administração do porto sair da operação e deixar tudo para os privados. No país inteiro é assim: a operação é privada e a administração do porto é pública. Disso não abrimos mão", afirmou Maron.

Revelando que a Appa deve lançar o edital de licitação no início do ano que vem, o superintendente disse que a melhor solução é entregar a operação dos terminais para a iniciativa privada. "O terminal de álcool tem vícios na obra. O de fertilizantes tem capacidade para 20 mil toneladas, enquanto um navio traz 40 mil toneladas. Então não tem muita utilidade", defendeu.

## **Críticas**

Maron afirmou que assumiu a Appa sem a credibilidade e o relacionamento necessários com os órgãos nacionais do setor, como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ibama. "Por isso ficamos fora do programa nacional de dragagem e nem sequer temos licença ambiental para funcionar", justificou.

Além de avaliar a gestão de Eduardo Requião, irmão de Roberto Requião, à frente da Appa como "horível", Maron classificou o grande volume de ações trabalhistas herdado por ele como um dos principais desafios a enfrentar. Segundo ele, são cerca de 3 mil ações, cujo valor está estimado em R\$ 630 milhões. A intenção do superintendente, que move, ele próprio, duas ações trabalhistas contra a Appa, é alterar a estrutura do quadro funcional da autarquia, que hoje tem cerca de 700 trabalhadores.

## **Reestruturação abate ganhos da Bematech**

10/11/2011- Gazeta do Povo

A companhia paranaense Bematech, líder nacional em automação comercial, registrou no terceiro trimestre de 2011 prejuízo de R\$ 51,5 milhões. Os números foram afetados pela decisão de contabilizar como prejuízo o ágio pago na aquisição das empresas GSR7 (incorporada em dezembro de 2008) e W2M (absorvida em dezembro de 2009). Nesses dois casos, a conta soma R\$ 69 milhões. Na teleconferência para apresentação dos resultados, o presidente da empresa, Cleber Moraes, relatou que a Bematech vem passando por um processo de reestruturação, com mudança de executivos – ele próprio assumiu o cargo em abril deste ano – e forte redução de custos.

A reversão do ágio pago pelas duas empresas se deu em razão da perda de contratos na área de serviços, motivada pela desregulamentação do mercado de cartões de crédito – desde julho do ano passado, as "maquininhas" de cartão passaram a aceitar todas as bandeiras, permitindo que comerciantes que operam com vários cartões optassem por reduzir a quantidade de equipamentos em suas lojas.

"Esse contexto contribuiu para que parte do ágio proveniente das aquisições de GSR7 e W2M não mais se justificasse", disse Moraes. O executivo observou que a área de serviços é estratégica para a empresa, e que pretende elevar sua margem nesse segmento nos próximos meses. Além do ágio nas operações com GSR7 e W2M, a empresa registrou como perda outros R\$ 8,6 milhões, correspondentes a projetos cancelados.

Segundo Cleber Moraes, as mudanças na estrutura da empresa foram concluídas com as mudanças na equipe, a revisão dos projetos e o lançamento de novos produtos na área de hardware. "A reestruturação foi feita e agora a gente começa uma nova etapa na vida da Bematech", afirma. No pregão de ontem, as ações da Bematech fecharam a R\$ 3,90, com desvalorização de 1,27%. O índice Ibovespa caiu mais: 2,5%.

## Hyundai enfrenta as "donas" do carro popular

10/11/2011- Valor Econômico

O engenheiro mecânico Seong Bae Kim tem motivos para entusiasmar-se com o futebol. Primeiro, porque seu time, o Jeonbuk, é líder isolado no campeonato coreano. Há dois meses, Kim assumiu a presidência da Hyundai no Brasil. A montadora é patrocinadora da Fifa e espera ganhar projeção no mercado de fanáticos por futebol não só por conta da Copa de 2014. Antes disso, em novembro de 2012, começará a vender, só no Brasil, um carro projetado por coreanos especialmente para brasileiros. Se bem-sucedida, a ação marcará o primeiro grande enfrentamento às empresas que dominam o mercado de carros populares com um novo concorrente.

A construção da Hyundai segue ritmo mais acelerado do que as obras nos estádios que vão hospedar a Copa do Mundo. O empreendimento, que surge em meio de um canal à beira da rodovia Luiz de Queiroz, em Piracicaba (SP), impressiona. É bem maior do que instalações de outras montadoras que começaram a produzir no Brasil nos últimos anos. Sinaliza o tamanho da ambição do grupo coreano no país.

### ***Montadora não tem planos para exportar durante os cinco primeiros anos de produção no Brasil***

Em escritório improvisado no canteiro de obras, Seong Bae Kim explica que 80% da construção civil está concluída. Em breve, começarão a chegar as máquinas, diz. Dentro do complexo, de 69 mil metros quadrados de área construída em terreno de 1,390 milhão de metros quadrados, prédios que tipicamente formam uma fábrica de automóveis completa (estamparia, solda, pintura e montagem) são interligados por enormes pontes, por onde os componentes serão deslocados sobre esteiras.

O elo serve também para unir a linha de produção dos veículos com a de fornecedores, como a Hysco, uma empresa do grupo Hyundai, que se ocupará do corte da chapa de aço.

No início do aprendizado da língua portuguesa, o executivo de 56 anos de idade que vai comandar essa operação conversa com recato, numa característica típica do povo asiático. Essa é a primeira vez que ele fala a um jornal brasileiro. Kim solicitou algumas perguntas com antecedência para preparar-se. Ao mesmo tempo em que demonstra cautela nas respostas a novas questões, ele não esconde o entusiasmo com o desafio que tem em mãos e que representa uma peça-chave da estratégia do grupo coreano, quinto maior fabricante de veículos, para crescer no cenário global.

"Se considerarmos quantos países no mundo têm, simultaneamente, uma área maior do que 3 milhões de quilômetros quadrados, uma população de mais de 100 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto superior a US\$ 500 bilhões, você obterá apenas cinco países: Estados Unidos, Rússia, China, Índia e Brasil", explica Samuel.

"Samuel"? É costume coreano adotar nomes locais. Kim escolheu esse depois de consultar os amigos que já fez no Brasil. Ele explica detalhes de manufatura, como a decisão, tomada antes de o governo brasileiro elevar o IPI para carros importados, de construir o projeto que consumirá US\$ 600 milhões, com base num elevado grau de nacionalização. Nove empresas coreanas estão construindo em Piracicaba especialmente para atender à Hyundai, incluindo a Glovis, de logística. Segundo Kim, o aço, principal matéria-prima, será comprado no Brasil e também importado da Hyundai Steel, do próprio grupo.

A exportação dos carros, porém, ficará fora dos planos da montadora pelo menos nos próximos cinco anos. Nem mesmo para os vizinhos, como Argentina. Segundo Kim, o grupo considera o mercado brasileiro suficiente para sustentar os planos da empresa, que espera ver a participação no Brasil aumentar dos atuais 3% para 10% a partir da produção de um único modelo de veículo.

O maior diferencial da estratégia da Hyundai em relação a outros que se instalaram no Brasil foi criar um carro para brasileiros sem basear-se em modelos já concebidos. O carro "brasileiro" que os coreanos desenharam surgiu com muita pesquisa e "clínicas" (nome dos testes com o público). Kim explica que as pesquisas revelaram o desejo do brasileiro por algo novo.

Isso é também novidade na companhia, que investe em regiões, como a China, onde as vendas da marca - de 553 mil veículos de janeiro a setembro - superaram a própria Coreia, com 510 mil. A fábrica da Índia, por exemplo, começou a produzir um carro baseado em modelo coreano.

O veículo de Piracicaba também será o primeiro com motor flex da marca. Terá opção de motor 1.0 e 1.6 e vai custar entre R\$ 30 mil e R\$ 40 mil. Não estará, portanto, no segmento dos mais baratos, mas vai abranger a maior parte das vendas de automóveis no Brasil, concentrada hoje nas versões menos simples de modelos como Fiesta, Corsa, Gol, Palio, Fox, Peugeot 207, C3 e Sandero.

Isso significa que a coreana atuará em metade do mercado de veículos leves, que de janeiro a outubro somou mais de 2 milhões de unidades. Um grupo de operários já seguiu para a Coreia para treinamento no protótipo do carro que está na matriz. Outro grupo seguirá em dezembro.

A primeira fase do projeto em Piracicaba - com capacidade anual de 150 mil veículos e 2 mil empregados na montadora e outros 3 mil nos fornecedores - colocará no mercado versões hatch, sedã e um utilitário esportivo. A etapa seguinte de investimentos é mantida em segredo.

"Precisamos antes saber se vamos vender o carro que já projetamos", diz Kim, com um sorriso que não esconde a quase certeza de que a sua criação vai incomodar principalmente Volkswagen, General Motors e Ford, empresas que, como a Hyundai - com 47% das vendas já fora da Coreia -, almejam estar entre os maiores fabricantes de veículos do mundo.

O grupo Hyundai, que fundou a divisão automóveis em 1967, ganhou força na última década, quando também adquiriu a Kia Motors, outra coreana, que no Brasil enfrenta uma disputa judicial por conta de dívida de impostos com a Receita Federal, deixada por uma antiga coligada, a Asia Motors. Os representantes da Hyundai não se pronunciam sobre esse problema.

Fazem questão, também, de deixar clara a diferença entre o projeto em Piracicaba, erguido com investimento coreano, e a fábrica da marca que já existe em Anápolis (GO). A operação em Goiás é resultado de investimento do grupo brasileiro CAO, que monta veículos, como o utilitário Tucson, sob licença da matriz na Coreia.

Antes de encerrar, Kim - ou Samuel - quer saber do diretor de comunicação, Kyong Hwan Min - um dos 45 coreanos que se mudaram para Piracicaba - se ficou claro que o carro será totalmente novo e feito para o Brasil. Está mais do que claro. Resta saber se o marketing esportivo da Hyundai pode elevar as vendas em véspera de Copa. "O

custo do patrocínio da Fifa é enorme e de longo prazo; mas vincular carro com futebol será um sucesso no Brasil", diz.

## BB vai recorrer novamente contra decisão do Cade sobre consignado

10/11/2011- Valor Econômico

O Banco do Brasil informou que vai recorrer contra a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que determinou que sejam retirados de seus contratos as cláusulas de exclusividade para a concessão de empréstimos consignados.

A decisão foi tomada em 1º de setembro e confirmada nesta quarta-feira no julgamento de um recurso do BB.

"Não se esgotaram as alternativas e recursos possíveis tanto na esfera administrativa quanto no âmbito do Judiciário", informou a assessoria do banco. "O BB sempre vai se empenhar por manter seus direitos", completou.

O BB parou de utilizar essas cláusulas a partir de janeiro, quando o Banco Central proibiu a exclusividade no consignado na Circular nº 3.522. Mas a [decisão](#) alcança os contratos anteriores do BB que teriam de ser modificados.

## Entidades propõem mudança no ICMS de empresas do Simples

10/11/2011- Valor Econômico

Um grupo de entidades que reúnem empresas estabelecidas no Estado de São Paulo está propondo à Fazenda paulista [mudanças no sistema de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços \(ICMS\)](#) por substituição tributária para as empresas optantes do Simples, o sistema simplificado para recolhimento de tributos. Entre as entidades estão a Fiesp, que reúne as indústrias do Estado de São Paulo, e a Fecomercio, que representa as empresas do varejo.

A principal ideia da proposta, entregue na segunda-feira ao secretário de Fazenda, Andrea Calabi, é permitir que as empresas optantes do Simples mantenham o recolhimento do ICMS calculado em percentual do faturamento e tenham direito ao crédito relativo ao imposto pago por substituição.

O Estado de São Paulo permite que as empresas de pequeno porte recolham o ICMS com base em percentual do faturamento. As empresas com receita bruta anual de até 120 mil, por exemplo, pagam o imposto no valor de 1,25% sobre o faturamento.

A aplicação de um percentual sobre o faturamento, diz José Maria Chapina, presidente do conselho de assuntos tributários da Fecomercio, costuma ser mais vantajosa para o optante do Simples. No regime comum de recolhimento do ICMS, a empresa de pequeno porte teria de calcular 18% sobre suas vendas e descontar o crédito do imposto pago nas aquisições.

Com a ampliação do sistema de substituição tributária nos últimos anos, porém, explica Chapina, as empresas de pequeno porte deixaram, na prática, de ter a vantagem do recolhimento do imposto com base em percentual do faturamento, porque na substituição tributária o imposto devido pelo varejista é antecipado pela

indústria. A indústria recolhe o ICMS devido nas etapas seguintes de comercialização com base em um preço estimado ao consumidor final. Esse imposto antecipado leva em consideração um ICMS de 18%. A indústria adianta o imposto e embute o custo na venda ao atacadista ou varejista.

Quando chega ao varejista, portanto, o ICMS de boa parte das mercadorias já foi recolhido e está integrado ao preço da mercadoria. Dessa forma, o optante do Simples paga o ICMS de 18%, devido na regra comum, já integrado no preço da mercadoria que adquire. Isso neutraliza o benefício de pagar o imposto por um percentual fixo aplicado a sua receita bruta.

A proposta apresentada à Fazenda paulista solicita que seja mantido o recolhimento do imposto com base em percentual do faturamento, mas que seja dado ao optante do Simples o direito de ter o crédito do ICMS pago por substituição tributária embutido no preço das mercadorias adquiridas. Hoje os optantes do Simples não podem ficar com esse crédito.

## Importadores sentem golpe do IPI maior

10/11/2011- Newsletter Automotive Business

Só duas das 27 marcas de importadores de veículos filiados à Abeiva tiveram crescimento das vendas em outubro, todas as outras amargaram quedas nos negócios, com tombos que variaram de 16% a 62%. Na média geral da Abeiva, os 13.264 carros estrangeiros vendidos pelos associados da entidade representaram recuo de 41,2% sobre setembro. O principal motivo para a expressiva retração, segundo José Luiz Gandini (foto), presidente da associação, foi o anúncio da majoração do IPI para veículos importados de fora do Mercosul e México, em 15 de setembro. O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a medida depois de 45 dias, adiando a cobrança para 15 de dezembro, em respeito à Constituição, que prevê prazo mínimo de 90 dias para aumento de impostos. Mesmo assim, segundo Gandini, não houve tempo para que os importadores pudessem se recuperar no mês.

“O consumidor se retraiu. No primeiro momento após o anúncio do aumento houve uma corrida às concessionárias de importadoras. Mas logo no início de outubro o setor sentiu o golpe”, avaliou Gandini. “Embora estejamos satisfeitos com a decisão do STF de suspender por 90 dias o aumento do IPI, as nossas associadas não tiveram tempo de se programar.” Como houve antecipação de compras na última quinzena de setembro, no mês seguinte, já com muitas marcas cobrando preços maiores, o consumidor fugiu das lojas de carros importados.

Paulo Kakinoff, vice-presidente da Abeiva e presidente da Audi do Brasil, avalia que as vendas podem voltar a se aquecer em novembro e na primeira quinzena de dezembro. “Até o dia 15 de dezembro (quando o aumento do IPI de 30 pontos percentuais volta a ser aplicado) deverá haver alguma antecipação de compras, mas não em grande proporção, porque isso já aconteceu há pouco tempo, em setembro, e quem comprou naquela época dificilmente vai voltar à concessionária agora”, explicou.

**Resultado positivo no ano, mas sem “invasão”**

A Abeiva manteve a projeção de terminar 2011 com 200 mil carros vendidos pelos associados. Apesar da queda acentuada de outubro, o desempenho ainda foi 25,6% melhor que o do mesmo mês do ano passado. E no acumulado dos dez primeiros meses do ano o resultado é bastante positivo: 165.114 unidades emplacadas, o que significa alta de 98,3% em comparação com o mesmo período de 2010.

Mesmo com o aumento significativo das vendas em 2011, os importadores independentes voltaram a ressaltar que não são os culpados pela alta das importações de veículos que convenceu o governo a adotar medidas restritivas. Os dados da Abeiva mostram que seus associados venderam apenas 6% do total de carros comercializados no Brasil de janeiro a outubro. "Olhando para esse índice acho difícil que o termo 'invasão de importados' seja aplicável a nós, apesar de todas as tentativas do governo em sugerir isso", afirmou Kakinoff.

"A verdade é que essa medida só foi tomada para beneficiar as montadoras e acabar com o balizamento de preços que nós importadores estávamos fazendo, porque nós mostramos o quanto um carro custava mesmo pagando imposto de importação de 35%. Isso incomodou a concorrência, porque segurava aumentos de preços", atacou Gandini, lembrando que são os fabricantes que produzem no Brasil os maiores importadores. Dos 677.773 veículos importados de janeiro a outubro, 510 mil vieram pelas mãos das montadoras, trazidos principalmente da Argentina e do México.

### **Preços e prognósticos**

Segundo Gandini, os preços dos importados terão necessariamente de subir com o IPI maior depois de 15 de dezembro, mas ninguém pensa em repassar integralmente a elevação do imposto: "Não acredito que alguém vá aumentar 28% ou 30%, que seria o impacto do IPI maior. Todos estão cortando custos em publicidade, reduzindo margens e negociando com seus fornecedores para fazer reajustes os mais baixos possíveis."

Com todos esses fatores no horizonte, os dirigentes da Abeiva preferem não fazer projeções para 2012. "Nunca foi tão difícil um exercício de planejamento", destacou Kakinoff. De acordo com ele, cada marca está negociando com a matriz sua política de preços neste momento. Além disso, pode ser que o governo aceite reduzir o imposto das marcas que prometem implantar fábricas no Brasil, como é o caso da Chery, JAC e BMW, todas associadas da Abeiva. Isso poderá causar grandes diferenças de custos e valores de venda entre os importadores, podendo levar para cima ou para baixo qualquer prognóstico para o ano que vem.

### **Bitrem conceito da Noma está em fase de homologação**

10/11/2011- Newsletter Automotive Business

Está em fase de homologação junto ao Denatran o projeto Bitrem Conceito 4x2 da Noma, fabricante de implementos rodoviários. Composta por seis eixos, sendo dois espaçados em cada semirreboque e um cavalo mecânico 4x2, a carreta foi apresentada ao público durante a Fenatran 2011, realizada em outubro.

Para o diretor comercial da Noma, Kimio Mori, se aprovado, o Bitrem Conceito 4x2 deverá tornar-se referência na categoria: "Conseguimos desenvolver um implemento que agrega valores de inovação e sustentabilidade. Estamos otimistas que o Bitrem Conceito possa trazer benefícios ao transporte rodoviário e contribuir para a diminuição do custo de logística no país", disse o executivo em nota.

O Bitrem Conceito 4x2 tem peso bruto total combinado (PBTC) de 57 toneladas, uma tonelada menos do que o padrão de 57 toneladas que utiliza cavalo mecânico 6x4, e possui capacidade de carga de 38,5 mil quilos.

A carreta também carrega o conceito de sustentabilidade adotado na nova linha de implementos rodoviários Fênix, lançada na Fenatran, que equaciona a maior capacidade no transporte e menor peso bruto resultando na economia de combustível e por consequência, na redução de emissões. Também há economia de pneus devido a eliminação de um eixo.

"Proporcionaremos com essa inovação tecnológica uma redução significativa de custos para o transportador, seja na compra de todo o conjunto, em custos de manutenção, de peças e também de combustível", conclui Kimio.

## **DHB alcança marca de 15 milhões de bombas produzidas no Brasil**

10/11/2011- Newsletter Automotive Business

A DHB atingiu neste mês o volume de 15 milhões de bombas produzidas desde o início da fabricação do produto há 22 anos em sua fábrica de Porto Alegre, RS. Até 2014 a empresa estima alcançar o volume de 20 milhões de bombas produzidas.

Para fabricar o produto, a DHB investiu cerca de R\$ 30 milhões ao longo dos últimos anos. Seu mais novo investimento para bombas foi na ordem de R\$ 3 milhões para a nova linha de montagem de bombas HPP que deve iniciar suas atividades em 2012. A nova bomba hidráulica de alta performance possui tecnologia que, segundo a empresa, reduz o consumo de combustível de 3% a 5%. Será destinada à linha de comerciais leves, tanto para o mercado OEM quanto o de reposição.

Atualmente a DHB produz mais de 130 tipos de bombas hidráulicas e comercializa para mais de vinte países.

## **Toyota: produção no Japão deve retomar nível no início de 2012**

10/11/2011- Newsletter Automotive Business

A Toyota informou a seus fornecedores de peças e componentes que planeja retomar o nível normal de produção no Japão no início de 2012. De acordo com uma fonte ouvida pela Reuters, citada em reportagem da Agência Estado, a montadora deve recuperar-se do impacto das enchentes na Tailândia neste período. A fonte acrescentou que a empresa também está estudando como retomar a produção de

fábricas em outros países no mesmo ritmo da normalização no Japão. A montadora paralisou a produção em suas três fábricas na Tailândia, seu centro de fabricação no Sudeste Asiático, em 10 de outubro após as enchentes terem afetado os fornecedores, o que obrigou a Toyota a reduzir drasticamente a produção doméstica a partir de 24 de outubro, com o nível de produção atualmente em 70% a 80% do patamar planejado.

## **Minério de ferro acumula queda de 36,2% desde setembro na China**

10/11/2011- Foundry Gate

O preço do minério de ferro, principal matéria-prima da indústria do aço, continua em rota de baixa, acelerada há três semanas. Encerrou cotado a US\$ 116,80 a tonelada no fechamento do mercado spot chinês desta segunda-feira, conforme o sistema Iodex, da consultoria Platts, de Cingapura. A cotação é para o produto com 62% de teor metálico.

É o menor valor atingido pelo produto desde julho de 2010, quando era vendido a US\$ 116 a tonelada, observaram fontes do mercado de mineração e siderurgia. A cotação já representa uma queda de 36,2% em relação ao pico de US\$ 183 do dia 8 de setembro.

Em relação aos preços de US\$ 176 a tonelada para os contratos de longo prazo, com bases trimestrais, do período outubro a dezembro, a diferença alcança US\$ 59,20 a tonelada. Ou seja, a cotação no spot equivale hoje a dois terços da que é fixada para o longo prazo.

Será um grande desafio para Vale, Rio Tinto e BHP Billiton, donas de 70% do mercado transoceânico do produto, verem de novo o minério em níveis acima do mercado de contratos. O preço teria de subir mais de 50% no spot.

Pelo sistema Iodex, da Platts, a maior alta do minério no mercado livre da China após a crise de 2008 ocorreu em fevereiro deste ano, quando atingiu US\$ 194 a tonelada. A China é o maior cliente no mercado mundial, com demanda superior a 600 milhões de toneladas neste ano.

## **Brasil - Reciclagem ganha mais importância no setor do alumínio**

10/11/2011- Foundry Gate

O agravamento da crise sobre a indústria do alumínio elevou a importância econômica da reciclagem para o setor. Antes tratado somente como uma questão socioambiental, o reaproveitamento de sucatas agora é disputado por grandes empresas.

A estimativa do setor é que a produção nacional de alumínio primário (obtido pela extração mineral) vai encerrar o ano com queda de 5% em relação a 2010. Já a participação da reciclagem no suprimento industrial deve crescer acima de 34%.

"A reciclagem é um elemento importante do suprimento interno e seu futuro vai depender da economia e da redução das importações de bens prontos", disse o presidente da Abal (Associação Brasileira do Alumínio), Adjarma Azevedo.

No ano passado, as importações de alumínio semiacabado ou acabado vindas de países asiáticos, principalmente da China, cresceram 96%, para 139,9 mil toneladas, reduzindo a competitividade local, segundo a Abal.

Associado a isso, estão os elevados custos de produção no país. Segundo Azevedo, o custo para produção de uma tonelada do metal atinge US\$ 2.100. Na comercialização, o valor sobe para US\$ 2.200. "Não remunera."

Por outro lado, só a reciclagem de latas de alumínio em 2010 cresceu 20,3% ante 2009, totalizando 239,1 mil toneladas, ou 97,6% do fabricado, segundo balanço divulgado na semana passada em parceria com a Abralatas (reúne os fabricantes de latas).

Com o resultado, o Brasil alcançou, pela décima vez, o posto de país que mais recicla latas de alumínio. O país, segundo o balanço, está à frente de regiões desenvolvidas como a Europa e a América do Norte.

Segundo o diretor-executivo da Abralatas, Renault Castro, a capacidade da indústria de latas deve crescer 50% com os investimentos previstos, de US\$ 765 milhões. "Vamos produzir 25 bilhões de latas por ano."

## Projeto de Lei - Comissão aprova saque de recursos do PIS/Pasep aos 60 anos

10/11/2011- Notas COAD

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou nesta quarta-feira (9) o Projeto de Lei [5732/09](#), do Senado, que reduz de 70 para 60 anos a idade mínima para saque dos recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/Pasep.

Conforme a proposta, também poderão fazer o saque a pessoa com deficiência ou o idoso que recebem o benefício de prestação continuada (BPC - Loas). A proposta transforma em lei essa hipótese de saque, que hoje é permitida por resolução do Conselho Diretor do fundo. O projeto altera a Lei 8.742/93, que trata da organização da assistência social.

O parecer do relator, deputado Eros Biondini (PTB-MG), foi favorável ao projeto. "Não há justificativa plausível para dar tratamento diferenciado a idosos com menos de 70 anos, uma vez que idoso é toda pessoa com idade igual ou superior a 60 anos", argumentou. Ele destacou ainda que os brasileiros vivem, em média, apenas 72,6 anos.

### **Tramitação**

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, já havia sido aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família e agora segue para análise das comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara

## Defesa do Consumidor - Comissão prevê ampliação do direito de devolução de produto comprado

10/11/2011- Notas COAD

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou proposta que amplia as possibilidades de o consumidor desistir de uma compra e receber seu dinheiro de volta.

O texto aprovado é um substitutivo do deputado Dimas Ramalho (PPS-SP), que acolheu sugestões do Projeto de Lei 5995/09, do deputado Antônio Bulhões (PRB-SP), e de três projetos apensados (PLs 7194/10, 230/11 e 1845/11).

“Os projetos de lei em questão possuem o mesmo objetivo, pois pretendem alterar o artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor, o qual trata da possibilidade de o consumidor arrepender-se do produto ou serviço que consumiu ou contratou”, disse o relator. Atualmente, o direito de desistência vale para o consumidor que compra ou contrata por telefone ou pela internet.

Pelo substitutivo, quem comprar um produto ou contratar um serviço em uma loja também terá prazo de sete dias para desistir da compra. Para o consumidor ter esse direito, a condição será de que a embalagem do produto não tenha sido violada e o produto esteja nas mesmas condições em que foi adquirido; ou a prestação de serviço não tenha sido iniciada.

Se o consumidor se arrepender da compra, de acordo com o substitutivo, os valores pagos deverão ser devolvidos atualizados monetariamente. A proposta também obriga a empresa a informar ao consumidor, por escrito, sobre o direito de desistência.

Fonte: Agência Câmara

## Projeto de Lei - Comissão aprova permissão para fracionamento de férias em três períodos

10/11/2011- Notas COAD

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou nesta quarta-feira (9) o Projeto de Lei [7386/06](#), do Senado, que permite o fracionamento das férias em até três períodos, não inferiores a dez dias corridos, se houver acordo individual ou coletivo nesse sentido.

A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei 5452/43), que prevê férias anuais de 30 dias, em um só período, e permite a divisão em dois períodos apenas em casos excepcionais.

O relator, deputado Laercio Oliveira (PR-SE), apresentou substitutivo ao projeto, estendendo o direito de parcelar as férias também aos maiores de 50 anos - o que não está previsto no texto original. "O texto da proposta não trata do fracionamento das férias do trabalhador maior de 50 anos, mas em sua justificativa há disposição sobre essa previsão. Sendo assim, saneamos essa incoerência no substitutivo", explica.

No projeto do Senado, o direito de parcelar as férias era estendido aos menores de 18 anos, mediante acordo escrito, desde que assistidos pelos responsáveis legais. Essa previsão foi retirada pelo relator em seu substitutivo. Atualmente, a CLT proíbe o fracionamento das férias dos menores de 18 anos e dos maiores de 50 anos.

O relator lembra que aos servidores públicos já é concedido o benefício de fracionamento das férias em até três períodos e que a Convenção 132 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada pelo Brasil por meio do Decreto 3.197/99, permite que o fracionamento de férias seja ajustado em norma coletiva.

### **Tramitação**

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara

## **Simples Nacional - Presidenta Dilma sancionará reajuste do Simples Nacional**

10/11/2011- Notas COAD

A presidenta Dilma Rousseff sancionará nesta quinta-feira (10) o projeto de lei que amplia o Simples Nacional e o Empreendedor Individual. A cerimônia, marcada para as 11 horas, no salão nobre do Palácio do Planalto, contará com a presença de ministros, parlamentares, empresários e integrantes de instituições de apoio aos micro e pequenos negócios, como o Sebrae.

“A ampliação do Simples Nacional era muito esperada pelo segmento e trará benefícios para a economia brasileira como um todo. Vai estimular o crescimento dos pequenos negócios, incentivar as exportações e permitir a negociação de débitos sem comprometer a sobrevivência da empresa”, afirma o presidente do Sebrae Nacional, Luiz Barretto.

O projeto é de iniciativa do Executivo. Enviado ao Congresso no dia 9 de agosto, foi aprovado por unanimidade na Câmara (31 de agosto) e no Senado (5 de outubro). A nova lei reajusta em 50% as faixas de enquadramento e o teto da receita bruta anual das empresas do Simples Nacional. O da microempresa passa de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil e o da pequena sobe de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões. O teto do Empreendedor Individual (EI), categoria jurídica em vigor desde julho de 2009, aumenta de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil por ano.

A mudança atinge diretamente as mais de 5,6 milhões de empresas, incluindo 1,7 milhão de empreendedores individuais que integram o regime especial de tributação em atividades como cabeleireiras, manicures, costureiras, carpinteiros, borracheiros, eletricitas e encanadores.

Com a sanção da lei, esses ajustes passam a valer no dia 1º de janeiro de 2012. O Simples Nacional reúne seis impostos federais – IRPJ, IPI, PIS/PASEP, Cofins, CSLL e INSS patronal, mais o ICMS recolhido pelos estados e o ISS cobrado pelos municípios.

## **Direito do Trabalho - Má-fé: TST mantém condenação de empresa por induzir obreiro a erro**

10/11/2011- Notas COAD

Ex-empregado da empresa Neoris do Brasil Ltda. deverá receber indenização por danos morais e materiais no valor de R\$ 500 mil em razão da desestruturação ocorrida em sua vida pessoal, profissional e financeira após ser demitido sem justo motivo. Assim decidiu a Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, mantendo, na prática, o entendimento da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro.

Segundo comprovam os autos, trata-se, no caso, de um engenheiro e administrador de empresas com mais de 30 (trinta) anos de carreira profissional e de vasta experiência em empresas multinacionais e nacionais de grande porte que foi seduzido pela Neoris com proposta de emprego baseada em falsos dados sobre a empresa e falsas promessas remuneratórias.

Ao demonstrar interesse na contratação do profissional como diretor de Recursos Humanos, a empresa ressaltou ser empresa diferente das tradicionais no ramo da consultoria, "com enorme suporte financeiro, pessoal técnico altamente capacitado", além de afirmar ser um "braço estratégico" de um grupo considerado a terceira maior empresa cimenteira do mundo. Ofereceu ao empregado salário apenas 20% (vinte por cento) superior ao que ele recebia no antigo empregador, porém com promessas de ajuste, mais bônus e stock options (opção de compra de ações a preço preestabelecido).

Para o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), o empregado foi induzido a erro, quando de sua contratação, em razão da má-fé da empresa ao iludí-lo com falsas promessas.

A dispensa sem justo motivo, enfatizou o Regional, frustrou o empregado em suas expectativas (ainda que calcadas sobre falsas premissas resultantes de indução a erro), modificou seu padrão de vida com considerável redução de patrimônio e, ainda, lhe impediu de alcançar a aposentadoria, que ocorreria em sete anos se tivesse permanecido no emprego anterior, onde encontrava-se em situação confortável, trabalhando em um grande projeto.

O TRT-RJ entendeu, assim, que a empresa deveria responder pelos danos materiais causados ao autor em face da manifesta má-fé e do ato irresponsável que resultou na completa desestruturação da vida pessoal, profissional e financeira do empregado dispensado. A Neoris então recorreu ao TST.

Ao recorrer ao TST, a empresa alegou que buscava ampliação de mercado no Brasil e, não obtendo o êxito esperado, foi obrigada a dispensar não somente o administrador, mas também outros empregados, exercendo, portanto, seu direito de rescindir o contrato de emprego, com o pagamento de todas as verbas e indenizações previstas em lei. Desse modo, a Neoris afirmou não poder ser apenada por tal situação.

Para o relator do recurso na Primeira Turma, ministro Lelio Bentes Corrêa, a decisão do regional revelou absoluta observância dos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, sobretudo diante das circunstâncias expressamente consignadas na instância de prova. Foi prometido ao autor o benefício das stock options e pagamento de bônus. Não tendo sido cumpridas tais promessas, o valor inicial da indenização foi

majorado para R\$ 500 mil, correspondente ao tempo que faltava para a aposentadoria do empregado, considerando ainda a última remuneração composta do salário básico acrescida de bônus, stock options e diferenças decorrentes de equiparação salarial.

Processo: RR-29100-70.2005.5.01.0034

FONTE: TST

### **CSLL, PIS e COFINS - Contribuições retidas na 2ª quinzena de outubro vencem dia 14/11**

10/11/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado que efetuaram retenção da CSLL, do PIS e da Cofins sobre pagamentos a outras pessoas jurídicas de direito privado por serviços prestados na 2ª quinzena de outubro/2011, devem recolher as contribuições na próxima segunda-feira, dia 14/11.

Também devem ser recolhidas na segunda-feira, pelos fabricantes de máquinas e veículos classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06 da TIPI, bem como os fabricantes de peças, componentes ou conjuntos destinados a estes produtos, as retenções na fonte, efetuadas na 2ª quinzena de outubro/2011, do PIS e da Cofins sobre pagamentos à pessoa jurídica pela aquisição de autopeças constantes dos Anexos I e II da Lei 10.485/2002 (exceto pneumáticos).